

## **CURRÍCULOS DO ABJETO E DAS SEXUALIDADES NA ESCOLA:** a polifonia das violências simbólicas, dos preconceitos e dos racismos cotidianos por meio de conteúdos digitais

*Carlos Eduardo da Silva  
Helena Szejwinski de Mendonça Rocha*

### **Resumo**

Este estudo tem a intenção de envolver o tema da diversidade das sexualidades porque entende que este possa ser utilizado para conceituar as relações de poder-saber sobre os corpos de jovens atacados pelas redes de intolerância. Quanto à fundamentação teórica, o trabalho destaca estudos que apresentam essa arena social complexa de conflitos plurais entre discursos e currículos oficiais. O estudo aborda as pulsões violentas e desconexas que favorecem teorias conspiratórias infundadas, que engrossam ainda mais a constituição de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos, destaca também os subterfúgios da alteridade nos conteúdos digitais e a polifonia das violências simbólicas, dos preconceitos e das sexualidades na escola. Conclui-se que o Estado brasileiro age na exceção, melhor dizendo, na contradição. E desse modo afeta a escola na causalidade de fatos sociais e midiáticos, e de interações humanas que, na perspectiva de uma consciência nacional acrítica e involuntária, se movimentam para destituir o “outro”, ao invés de fortalecê-lo e dignificá-lo, na formação humana, pautada em diversidade sexual e através da liberdade de credos, gostos e opiniões.

**Palavras-chave:** currículo; sexualidade; escola; violência simbólica.

## **HIDDEN CURRICULUM OF THE ABJECT AND SEXUALITIES AT SCHOOL:**

the polyphony of symbolic violence, prejudice and everyday racism through  
digital content

### **Abstract**

This study intends to involve the theme of sexuality diversity because it understands that it can be used to conceptualize the power-knowledge relationships about the bodies of young people attacked by intolerance networks. As for the theoretical foundation, the work highlights studies that present this complex social arena of plural conflicts between official discourses and curricula. The study addresses the violent and disconnected drives that favor unfounded conspiracy theories, which further thicken the constitution of symbolic violence, prejudice and everyday racism, also highlights the subterfuges of alterity in digital content and the polyphony of symbolic violence, prejudice and sexuality at school. It is concluded that the Brazilian State acts in the exception, rather, in the contradiction. And in this way it affects the school in the causality of social and media facts, and of human interactions that, from the perspective of an uncritical and involuntary national conscience, move to deprive the "other", instead of strengthening and dignifying it, in human formation, based on sexual diversity and through the freedom of beliefs, tastes and opinions.

**Keywords:** resume; sexuality; school; symbolic violence.

## **CURRÍCULOS OCULTOS DEL ABJETO Y LAS SEXUALIDADES EN LA ESCUELA:**

la polifonía de la violencia simbólica, el prejuicio y el racismo cotidiano a  
través de los contenidos digitales

## Resumen

Este estudio pretende involucrar el tema de la diversidad sexual porque entiende que se puede utilizar para conceptualizar las relaciones poder-conocimiento sobre los cuerpos de los jóvenes atacados por las redes de intolerancia. En cuanto al fundamento teórico, el trabajo destaca estudios que presentan este complejo escenario social de conflictos plurales entre discursos oficiales y currículos. O estudo aborda as pulsões violentas e desconexas que favorecem teorias conspiratórias infundadas, que engrossam ainda mais a constituição de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos, destaca também os subterfúgios da alteridade nos conteúdos digitais e a polifonia das violências simbólicas, dos preconceitos e das sexualidades en la escuela. Se concluye que el Estado brasileiro actúa en la excepción, más bien en la contradicción. Y de esta manera afecta a la escuela en la causalidad de los hechos sociales y mediáticos, y de las interacciones humanas que, desde la perspectiva de una conciencia nacional acrítica e involuntaria, pasan a privar al "otro", en lugar de fortalecerlo y dignificarlo, en la formación humana, basada en la diversidad sexual y a través de la libertad de creencias, gustos y opiniones.

**Palavras chave:** reanudar; sexualidad; colegio; violencia simbólica.

## INTRODUÇÃO

A conexão de redes sociotécnicas no cotidiano traz o celular como principal objeto de leitura da sociedade, o que de fato tem proporcionado a estudantes do ensino superior, a construção de imaginários, visibilidades e representações da diversidade de seus corpos e das sexualidades. Podemos pensar que este espaço narcísico de navegação do "eu" pela internet potencializa geografias, narrativas e pulsões autoexpositivas que se colocam no centro do debate ético a multiplicidade de subjetividades e afetividades que seguem sendo silenciadas nos processos escolares.

Desse modo, este anátema eclode na esteira da fragmentação de processos políticos e ideológicos levando a escola a uma ruptura paradigmática de limites sociais e afetivos. A problemática dos corpos e das sexualidades alcança não só a ciência, a história, a religião, mas também trafega em um espaço de reflexão mútua e de síntese dos pensares e agires humanos.

Enquanto isso, discursos de representantes oficiais do governo brasileiro destilam sentimentos de ódio social aos corpos e sexualidades, em um ecossistema tóxico e corrosivo de linguagens midiáticas, em que propagandas e publicidades criminalizam comportamentos e posturas, nutrindo violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos, por meio de conteúdos nas mídias digitais, o que vem nos últimos anos interferindo nas prerrogativas constitucionais e nos direitos humanos.

Esse processo disruptivo e deslocalizado das tecnologias digitais tem desagregado a diversidade humana, além de ter contribuído para coibir o livre exercício dos gostos e preferências sexuais, assim como também vem "asfixiando" os intrínsecos significados dos processos educacionais, que se tornam reféns da apropriação "acrítica" de celulares e temas que transitam à temática dos corpos e das sexualidades de estudantes do ensino superior, que é reflexo de uma sociedade polarizada, dividida e cooptada pela atenção a terceiros. Este traço vem minando a percepção escolar sobre a extensão do dano psíquico que vem sendo produzido no conjunto dos direitos humanos.

Nesse sentido, este estudo tem a intenção de envolver o tema da diversidade das sexualidades porque entende que este possa ser utilizado para conceituar as relações de

poder-saber sobre os corpos de jovens atacados pelas redes de intolerância. A temática das linguagens e identidades se relaciona com a problemática, já que os corpos e sexualidades seguem sendo atacados pelas narrativas e discursos de ódio, que alastram a discriminação à comunidade LGBTQIA+. Que conteúdos digitais amplificam violências simbólicas, potencializam preconceitos e acentuam racismos cotidianos na escola, a partir de celulares e em redes de WhatsApp, deformando os saberes escolares e culminando em currículo que depreciam os corpos e a diversidade de sexualidades de estudantes do ensino superior?

O imperativo narcísico das mídias digitais se mistura ao livre arbítrio das sexualidades e de corpos, de maneira que a diversidade humana se torna um campo “esvaziado” que ameaça digitalmente a garantia da regulação social pelos direitos humanos. O repertório midiático que circula pelas redes sociais digitais fornece conhecimentos “manipulados” que cada vez mais forjam e introjetam visões negativas e depreciativas que subjagam a liberdade sexual de estudantes a padrões e normas sociais. O reconhecimento de seres humanos como abjetos, ou seja, seres “desprezíveis” reforça o fato de que a produção do discurso governista acentua as diferenças sociais, culturais, políticas e estéticas, levando o país a um abismo moral e ético.

No que tange a essa arena social complexa de conflitos plurais entre discursos e currículos oficiais, temos a negação da liberdade de credos, gostos e sensações, o que, por conseguinte, leva à formação, para Silva (2000, p. 33), de um “[...] conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente ensinados através das relações sociais, dos rituais, das práticas”.

Este conjunto político-midiático manifestado pelas forças sociais conservadoras tem invadido rapidamente consciências narcísicas e inoculado, por meio de conteúdos digitais, reducionismos, simplificações e ostracismos sociais, culturais e ideológicos, que têm prejudicado a construção de uma pauta identitária na composição dos processos escolares, assim como ocultam na cultura escolar a diversidade da orientação sexual e de corpos, inoculam cada vez mais por meio de memes, notícias falsas e mensagens rápidas, cápsulas de convencimento da moralidade e da institucionalidade de unidades familiares.

Qualquer nome, expressão ou desígnio enunciativo que, por meio das mídias digitais, banalize a diversidade das sexualidades e dos corpos, tem como papel central mitigar a representatividade da temática na política e na sociedade, o que tem alimentado ataques de ódio e semeado dizeres e ideologias racistas, que promovem ainda mais discordâncias e reentrâncias sociais, e se propagam nos preconceitos veiculados nas redes de intolerância, assim como na reprodução “acrítica” de gestos e racismos cotidianos.

Tomando Silva (2000, p. 15) para o debate, a partir da construção da ideia de abjeto, temos a definição de que qualquer ser desprezível “[...] ocupa um lugar central no processo de subjetivação e identificação, na medida em que faz parte do ‘eu’, mas é, ao mesmo tempo, aquilo que o eu ‘expele’ [...]”. Destacamos que tudo aquilo que se torna inferiorizado aos olhos entendemos como elemento constituinte do processo de negação do corpo e da diversidade das sexualidades, o que tem se tornado, na complexidade das interações humanas e virtuais, uma árdua via de formalização da hierarquia moral de um presidente que ataca as minorias sociais.

A problemática é adensada social e virtualmente quando definições rasas e imprecisas ou estereótipos rápidos e grosseiros se tornam correntemente propalados em conteúdos digitais, reacendendo extremismos políticos e polarizações sociais débeis contra aqueles que

são considerados opositores. O preconceito age como uma porta “aberta” para a ignorância, que vem sendo cada vez mais organizada e planejada pelo estado brasileiro. A manifestação de vontades próprias nas redes sociais digitais alimenta o individualismo que estrangula pertencimentos sociais e tece a desorganização de vontades coletivas. O narcisismo de heterossexuais nas redes de intolerância cultiva a rejeição da orientação sexual do “outro” e não abre o debate possível, mas o enterra a partir de afirmações das diferenças.

Para Bueno (2015, p. 200), na composição do narciso “eu”, “a histeria contemporânea sob a modalidade narcísica caracteriza-se por uma regressão ainda maior do aquele que configurava a histeria clássica, a qual derivava basicamente do represamento das pulsões eróticas.” Ou seja, na internet se observa a cólera social e que sem muita reflexão da sociedade digital movimentam curiosidades alheias e garantem a autoexposição nas mídias digitais, em que pulsões violentas e desconexas favorecem teorias conspiratórias infundadas, que engrossam ainda mais a constituição de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos.

## “DESCONEXA” CONEXÃO

Linguagens e culturas escolares são a expressão direta da racionalização “inconclusa” e da política “negacionista” que age na construção de ideários e de conceitos fora da realidade concreta, negando corpos e a diversidade das sexualidades, construindo um olhar desprezível em relação ao “outro”. Muitas vezes, o “indizível” é o silêncio confortável, que é recriado em outra expressão linguística, e que carrega o pensamento social mais conservador. A Nova direita se encontra galopante no processo de destituição do pensamento social progressista, compondo sua agenda política e programas sociais por meio de uma fusão entre percepções e sentidos controversos à diversidade de corpos e de sexualidades, o que recria signos autoritários que estimulam o embrião do negacionismo, que age retirando liberdades de cidadãos e coagindo as escolhas individuais ao crivo de uma velada guerra moral.

Para Gallo (2003, p. 42) “O conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo”. Em outras palavras, o que se dissemina na linguagem das mídias digitais e no comportamento social das sociedades e culturas, é reflexo dos processos escolares e das práticas sociais. O sistema patriarcal de valores e costumes das famílias tradicionais ainda predomina nos tempos líquidos da modernidade, mesmo que outras formas de expressão de lutas, de corpos e das sexualidades sofram expropriação e violência, como forma de coibir o debate dos direitos humanos nas capilaridades da internet.

Quem nomeia, evoca, e traz para si a incorporação do consciente e do inconsciente do signo, o que vem atuando como escudo a questões mais complexas e profundas da realidade concreta, e que a sociabilidade virtual e o imaginário social não conseguem mais tangenciar e suplantar. O efeito das linguagens e identidades por meio das mídias digitais leva culturas, corpos, mentalidades e enunciados a transformar o modo de subjetivação e, consequentemente, o desenho das relações de poder-saber.

A diferença é uma categoria central na compreensão desses processos que constituem os currículos do abjeto e das sexualidades, já que hierarquias e imposições morais e estéticas se mostram cada vez mais atenuantes dos princípios da multiplicidade. Tomando a filosofia da diferença da qual Gilles Deleuze também foi signatário, a centralidade da subjetivação é o

cerne da constituição moral e ética que produz uma “costura” de identificação de sentimentos e razões que nos levam a atentar para a “dor de tanta gente”.

Os sistemas semióticos, na ideia de Bakhtin (2014), que são elementos centrais da comunicação, podem engajar discursos negativos na publicidade e na propaganda, o que vem cravando significantes bastante questionáveis no ideário social, como também estilhaçado vidas e corpos, subjugando a diversidade sexual, do qual o discurso misógino caminha em paralelo as estatísticas oficiais de crimes contra comunidade LGBTQIA+. São discursos oficiais de representantes do governo brasileiro que têm se assentado em palavras “duras” que ceifam objetos, práticas, significados e sujeitos, em que o *modus operandi* hegemônico inibe a confluência do amor, silenciando as diferenças entre corpos. O fascismo da Nova direita atua como uma cortina de fumaça que coloca que tampa o horizonte humanista e criminaliza as minorias.

Para Santos (2008, p. 281) “[...] Na base da exclusão está uma pertença que se afirma pela não pertença, um modo específico de dominar a dissidência”. O mundo digital em que vivemos nos conecta à diversidade de interações humanas, mas também nos produz diariamente insignificâncias e barreiras que banalizam e nos afastam da constituição de um processo educacional mais libertário, orgânico e pleiteado pelo respeito às diferentes formas vividas não deixando de brindar as singularidades de cada um de nós, sem que seres humanos se tornem objetos “descartáveis”, ou mesmo abjetos.

Os limites do entendimento da problemática contornam a linguagem que é produzida na internet, assim como recriam pelas mídias digitais as desimportâncias estéticas que agem maquiando o arranjo de experiências sociais. Deste “chão” da pesquisa, compreendemos que há uma cisão que, para Santos (2008, p. 281), se “[...] assenta num discurso de fronteiras e limites que justificam grandes fraturas, grandes rejeições e segregações. Sendo culturais e civilizacionais”.

A naturalização dos fatos sociais como a escalada de mortes de homofobia, somada à regressão dos afetos contrários e “dissidentes”, divide a sociedade e acentua o preconceito contra comunidades LGBTQIA+, ou seja, àqueles que se portam, para além das aparências e autoimagens da internet. A visibilidade que se coloca para além das janelas *on-line* reduz a informação a uma simplificação intencional “perversa” que pode ser mandatária na política. Os preconceitos se alastram mascarados pela internet, enquanto a estética e as imagens sedutoras das grandes marcas causam paisagens e distopias no ideário e no imaginário social.

Para Albuquerque (2007, p. 11), “[...] o discurso de estereotipia é um discurso assertivo, imperativo, repetitivo, caricatural. É uma fala arrogante, de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e autossuficiente que se arroga ao direito de dizer o que o outro é em poucas palavras.” As mídias digitais trazem à tona conteúdos instantâneos e rápidos, de fácil apreensão, que podem ser manipulados e distribuídos a partir de quaisquer pontos das redes de intolerância, e se torna embutido na propagação de preconceitos, racismos e violências simbólicas.



## SUBTERFÚGIOS DA ALTERIDADE POR MEIO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS

O veículo condutor das violências simbólicas é a identificação da alteridade, pois é o emissor quem repassa a palavra como um feixe que se conecta com a prática social e com a forma de se fazer política nas redes sociais digitais. Ademais, flertando com os currículos do abjeto e das sexualidades, temos como entraves a televisão e o jornalismo, que trabalham com a ideia de um reducionismo social, o que revela uma certa “pregação” da invisibilidade da cultura de corpos e das sexualidades projetados em um plano de fundo sem conflitos ideológicos do qual novelas maquiagem as reais desigualdades da sociedade. Percebemos que o corpo negro é sempre colocado no papel de indutor ou de produtor de males sociais, muitas vezes referenciado, como criminoso ou mesmo “bandido”, ao contrário do corpo branco, que tem seu lugar garantido na posição de organização familiar de núcleos burgueses. Será isso o retrato mais fiel da sociedade brasileira?

As reais questões éticas e morais que tratam a temática dos corpos e das sexualidades dentro da família dificultam a abertura do diálogo, já que a “fachada” da autoridade familiar representa uma barreira indissociável de como instituições democráticas tratam currículos e discursos oficiais que permeiam a temática. Estas discussões, muitas vezes, estão restritas ao circuito de palestras e programas educativos na escola, e que de maneira institucional não alcança as famílias. Portanto se observa que a escola e a família estão em lados opostos na questão, e que há um hiato entre o sentido do debate e os poderes outorgados que nutrem o estado, as instituições e a vida social. As redes de intolerância atuam nessa lacuna e podem estar associadas à crescente disseminação de conteúdos digitais que constroem uma imagem reducionista do grave quadro social.

Para Aquino (2003, p. 105) “[...] esse modo de pensamento alicerça a cristalização de regimes de verdade científica, as formações discursivas e suas práticas, a imposição de modelos políticos, econômicos e sociais. São construções que interditam o debate, a crítica, a réplica, a polêmica e a polissemia.” A violência e a sexualidade são temas mascarados que vem à tona em âmbitos muito menores para que a sociedade não tome consciência de sua profundidade. É necessário que estes tabus sociais possam ser quebrados e suplantados, para que a educação sexual não seja apenas uma cartilha de esclarecimentos e de dúvidas.

As redes de intolerância estão impulsionando o debate mais virulento e degradante do pensamento social conservador, em que o discurso de guerra às drogas pode estar levando o estado a atacar vidas, produzindo um genocídio negro que ocorre nas periferias das grandes cidades. A estruturação sistêmica de partidos políticos a partir de quadrilhas especializadas em produzir e distribuir conteúdos digitais e é um reflexo de uma potencialização da cultura política, o que mudou o panorama de discussão do último pleito presidencial.

Os ataques de ódio às minorias é um reflexo da escalada de repressão e coerção social que a comunicação de guerra cultural do presidente desenvolve contra a diversidade sexual, e desloca o debate social para as mídias digitais, o que tem encenado uma chuva de notícias depreciativas para a questão dos corpos e das sexualidades.

A banalização do povo brasileiro se dá na conotação sistemática de representantes da população pobre revelada pela declaração do ministro de Estado da Economia Paulo Guedes que não reconhece o direito legítimo de empregadas domésticas de estarem fazendo viagens internacionais. Este entremeio de “falsas” democracias que beiram ao chão da problemática dos corpos e das sexualidades, nos demonstra a relevância do papel desta pesquisa, no que

diz respeito à (re)colocação de um papel autoritário, contra as instituições democráticas que projetos educacionais geram a virtualização de papéis institucionais que se mostram muitas vezes contrários aos valores democráticos.

Para Kilomba (2020, p. 40) “[...] de fato, não há nada para se rir a respeito: enquanto alguém é sobredeterminada/o por algo exterior, pelas fantasias violentas que aquela/e vê, mas que não reconhece sendo dela/e própria/o.” No entanto, o que se observa, de maneira geral, em relação ao consumo de programas de humor pelos estudantes do ensino superior é que o riso do “outro” segue sendo alimentado nas comédias *stand up*. Uma espécie de prisão ideológica que transforma corpos e sexualidades em deboches e maniqueísmos, transforma os diferentes em apenas números institucionais.

O Brasil é o país do mundo que mais assassina transgêneros e onde não mais se procura abrandar as falas pelas redes de intolerância e pelo cotidiano, em que currículos do abjeto e das sexualidades é tratado como uma intimidação sistemática ao social do “outro”. A repressão é um paredão que representa a tirania de tudo contra todos e de todos contra os ouvidos de todos, uma espécie de “negacionismo” de entendimentos contrários às liberdades individuais e coletivas.

A vida de milhares de brasileiros que têm orientações sexuais que divergem do padrão tradicional familiar sofre fortes contrassensos de representantes oficiais do alto escalão do governo, como a da ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que tem feito inúmeras declarações negativas e depreciativas em relação às mulheres e a milhares de brasileiros que divergem da postura governista que representa apenas a supremacia branca.

A percepção dúbia e desdenhosa que temos sobre o corpo do “outro” e sobre a diversidade das sexualidades tem sido utilizada como uma plataforma ostensiva para disseminação de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos. As telenovelas brasileiras dissimulam por décadas um processo de mercantilização dos corpos no capitalismo onde apenas uma fórmula única aceita de aparências e substâncias sociais é utilizada pela propaganda e pela publicidade, de maneira a desestimular outros sentires e pensares, evocando a estética de visibilidade dos produtos, e influenciar as maneiras de ser e de consumir, inclusive a aceitação do “outro”.

## **A POLIFONIA DAS VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS, DOS PRECONCEITOS E DAS SEXUALIDADES NA ESCOLA**

Quando nos deparamos com a receptividade do fenômeno de abertura das tecnologias digitais nas gerações pós-90, compreendemos que os efeitos sistêmicos da autoimagem induzem o público geral a conviver com a polifonia das violências simbólicas, dos preconceitos e das sexualidades na escola, de modo a captar discursos e currículos mais aceitos socialmente, mostrando que o corpo pode ser transformado, em um muro de ataques das redes sociais digitais e desse se traçar um paralelo moral que divide boas e más influências sociais e culturais.

Para Riofitis (2008, p. 158) “[...] trata-se de reposicionar o ‘poder’ dos limites da experiência cotidiana, da subjetividade e dos processos de subjetivação em que ele se aloja e

onde se realiza.” As experiências com as tecnologias digitais têm proporcionado a construção de narrativas “aceitáveis” de vida e assim influenciado também a vida de seres virtuais que cultuam também imagens degradantes e perversas, em relação à compreensão dos corpos e da diversidade das sexualidades. A pós-verdade é um tribunal midiático que atua como um sistema de espoliação moral de imagens dissonantes que impactam à sociedade e na extensão de conteúdos digitais que se conectam a subjetividades, práticas e instituições.

Os corpos aceitos na leitura do capitalismo são levados a macular a realidade concreta para adentrar no universo midiático, para que sejam uma síntese rasa de imagens positivas. Dessa maneira, as minorias étnicas e raciais da sociedade veem sofrendo um bloqueio moral frente a governadores e líderes mundiais que agem com ataques de ódio, em relação à política de direitos humanos. A dinâmica da cultura política da Nova direita pressupõe uma guerra cultural e de reconhecimento a grupo sociais contrários combatem à transformação social sem que se possa produzir uma representatividade moral na sociedade.

A partir da construção de currículos do abjeto e das sexualidades temos como pressuposto a constituição de uma política de descrédito social que coloca o absurdo e o ódio como estratégias para se produzir ataques às minorias, criminalizando também as populações mais pobres nas periferias. Dessa maneira, temos esse fardo social que, nas palavras do autor Riofitis (2008, p. 163) “[...] em tal aproximação da ‘violência’, como fato moral diríamos que ela é, ao mesmo tempo, causa, remédio, estímulo e entrave social.” As mídias digitais seriam então permanentemente cooptadas para serem meios prioritários da transmissão social e da compilação de entraves midiáticos e políticos que se relacionam com a construção da opinião pública e consequentemente da adoção de investimentos públicos.

A comunicação governista Bolsonaroista é um traço perverso da desinformação dirigida que auxilia a produção de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos. Para dissecar e compreender a questão de estudo do currículos do abjeto e das sexualidades, trataremos também a discussão do racismo estrutural que, no pensamento de Sílvio de Almeida, é um importante sustentáculo de comportamentos, práticas e de instituições sociais, que geram, por conseguinte, a manutenção de redes de intolerância, influenciando a aceitação de conteúdos digitais, que podem recolocar, na visão de Riofitis (2008, p. 163) “[...] a relação entre ‘poder’ e ‘violência’, tomando consciência de que somos, simultaneamente, prisioneiros de um significante vazio e por ele determinados simbolicamente, e que se houver um referente comum para a “violência” ele será moral.”

Os vaticínios e espetáculos de ódio e de repressão por meio do poder presidencial influenciam até mesmo a maior pandemia da história do planeta, transformando apoiadores do posicionamento político do presidente em seguidores débeis e inofensivos que sustentam a crise moral, e que se apresentam ameaças às mudanças sociais. O racismo contemporâneo é complexo e demonstrado como um processo sigiloso que explora a questão racial, num crescente processo de classificação das relações sociais do qual o projeto político e de poder trabalha para a desconstrução da diversidade humana.

Para Almeida (2020, p. 31), no processo do racismo “[...] não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos”, e não só isso “[...] o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.



Ou seja, de que são corpos e sexualidades desprivilegiadas de consciência moral que devem ser combatidos. O não reconhecimento das diferenças sociais, culturais, políticas e morais é um projeto político de poder que utiliza as violências simbólicas, os preconceitos e os racismos cotidianos como elementos propagadores de destituição do papel da escola no reconhecimento das diferentes sensibilidades, capacidades e singularidades humanas. Os estudantes de ensino superior que utilizam grupos de WhatsApp pelas mídias digitais são induzidos por imagens distorcidas, o que os leva a rejeitar o “outro”, só por não considerar as semelhanças na reprodução social.

Ainda para Almeida (2020, p. 51), “[...] o racismo é projeto político. Político porque como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político”. A política governista constrói um ideário de valores e costumes que se dão na aparência mesmo que uma gama de práticas sociais perversas seja impulsionada com tais currículos e discursos perversos. A formação social da mente humana é passível de se influenciar pelas posturas e comportamentos humanos mais desejáveis. Dessa maneira, vemos que a construção societária está intimamente interligada à reprodução de práticas sociais consideradas aceitáveis que chegam à escola transformando o panorama de aceitação social de estudantes do ensino superior que divergem do padrão sexual da família tradicional conservadora.

A acepção acrítica sobre corpos e diversidade das sexualidades se transforma num imbróglgio de conflitos existenciais que varrem não só cotidiano da escola, mas se dão também na socialidade virtual em redes e grupos de WhatsApp. As formas mais repugnantes de se fazer política, neste século, estão a se tornar possíveis. A desqualificação de opositores políticos e o ataque a minorias reacendem um espetáculo midiático que se alimenta de vozes autorizadas que destituem os valores humanos. A escolha do projeto político de estado envolve a escolha da prioridade de vida de “uns” e por extensão da produção da morte de “outros”, como nos atenta a Necropolítica, que é discutida por Achille Mbembe.

Para Mbembe (2016, p. 123), “[...] a sexualidade está completamente envolvida à violência e à dissolução dos limites entre si e do corpo por meio de impulsos orgíacos e excrementais.” O que vemos nessa leitura do autor é a produção de imaginários repressivos que desqualificam os diferentes. Mbembe (2016, p. 123) pontua que “[...] a sexualidade diz respeito a duas formas principais de impulsos humanos polarizados - excreção e apropriação - bem como o regime dos tabus em torno deles.” Com esta imagem temos a inoculação da condição de abjeto, em relação aos corpos, o que se acentua também em relação à diversidade das sexualidades.

Tendo este ponto de reflexão como um lugar de investigação da gênese da problemática, temos também o que está incutido, na disseminação de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos, que é, para Mbembe (2016, p. 123) “[...] a verdade do sexo e seus atributos mortais que residem na experiência da perda das fronteiras que separam a realidade, acontecimentos e objetos fantasiados”.

Os saberes escolares sem o devido tratamento ético e moral na formação escolar são lançados à deformação, o que, por assim dizer, traz a questão de pesquisa como uma assertiva de investigação, tendo em vista que os conteúdos digitais já atuam como mantenedores de influência social e cultural que destituem os processos escolares e alimentam um “bolsonistão” de atitudes e comportamentos de estudantes do ensino superior em grupos de WhatsApp. A hierarquia moral do presidente Jair Bolsonaro que varre as mídias digitais é um

reflexo do forjamento de uma soberania idônea de destituição de corpos e da diversidade das sexualidades.

Para Mbembe (2016, p. 135), “a soberania é capaz de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” O ataque do presidente a Jean Wyllys no Twitter, no início de seu mandato presidencial, referindo-se a ele como um “grande dia”, reforça a ideia de que “dissidentes” podem e devem ser considerados como inimigos da ordem moral preconizada pelo estado brasileiro.

Além disso, dentro desse espectro amplo de análise dos discursos e dos currículos oficiais do governo brasileiro, temos as notícias falsas que surgem como principais cápsulas de convencimento da população e que atuam como plataformas de ataque a minorias, destituindo também estudantes do ensino superior de uma apropriação mais justa e equânime dos conteúdos mais relevantes das mídias digitais. Para Empoli (2019, p. 21), “[...] cultivando a cólera de cada um sem se preocupar com a coerência do coletivo, o algoritmo dos engenheiros do caos dilui as antigas barreiras ideológicas e rearticula o conflito político tendo como base uma simples oposição entre o povo e as elites.”

Máquinas de ver da sociedade, celulares funcionam produzindo estereótipos e arquétipos mais consensuais da realidade que se pretende narrar. Com respeito ao fato de corpos serem considerados apenas como abjetos, e da diversidade das sexualidades de estudantes do ensino superior serem vistas como situações “aberrantes”, temos a produção de imagens, sentidos e percepções que são produzidas e transferidas pelas forças sociais mais conservadoras, como uma justa batalha ideológica pela reafirmação de valores sociais e morais.

Para Bruno (2013, p. 21), “[...] as ciências do indivíduo e os saberes sobre a sexualidade, seus efeitos sobre a vida e a experiência que os indivíduos modernos fazem de si, do seu corpo, do seu desejo, de sua saúde e de sua doença”, nesse sentido as experiências de relacionamento funcionam como sustentação mental para os “diferentes” sexualmente, já que se fortalecem por meio de verdades próprias de luta e de resistência frente a discursos hegemônicos.

Os males da “alma” para um pensamento social conservador não surgem dos desígnios de vida das minorias sexuais, mas se reproduzem na interpretação equivocada das opções de vida, que leva as famílias patriarcais a criticar o papel da escola, como forjada pelo signo da negação de valores éticos, sociais e morais, considerados mais condizentes ao status quo da sociedade. O empoderamento social das minorias nos processos escolares é visto como uma ameaça ao patrimônio familiar e ao bom funcionamento das instituições sociais. Para Silva (2000, p. 13), a definição da condição do ser abjeto é “[...] sinônimo de “imundo, desprezível, vil, baixo, ignóbil”, o termo é recuperado pela teórica Julia Kristeva para se referir a tudo aquilo que pertence ao corpo, mas é dele expelível, como a saliva, as fezes, o sangue, a urina, as lágrimas, o vômito e as secreções variadas.”

O que podemos, enquanto pesquisadores, nos dispor a compreender neste estudo do universo digital é a maneira pela qual se acentuam as violências simbólicas, os preconceitos e os racismos cotidianos, sobre o forjamento de currículos do abjeto e das sexualidades nas mídias digitais. Nos furtamos para o desenvolvimento deste estudo na imersão netnográfica em grupos de WhatsApp, já que a conectividade e o acesso aos conteúdos digitais permitem analisar de que modo a constituição de saberes escolares vem se deformando, a ponto de influírem no diálogo e na construção de processos escolares. Alguns elementos expositivos

das redes sociais digitais forma considerados, como, por exemplo, o narcisismo de seres virtuais e sociais.

Para Bueno (2015, p. 200) “[...] o enfraquecimento da autoridade paterna, que equivale à decadência do empresariado burguês, ocasionou a busca por um pai imaginário mais forte e mais poderoso do que o pai real, o que explica o sucesso dos poderes coletivos em substituírem o pai.” Neste entendimento, percebemos a forte influência do presidente Jair Bolsonaro e de outras celebridades midiáticas, que constroem suas narrativas e fatos midiáticos na internet, de modo que seus exibicionismos “chulos”, aparições, posturas e posicionamentos autoritários, virem notícias que são apropriadas como formas de simplificação da realidade social.

Para Bueno (2015, p. 196), “[...] o apelo constante a imagens onipotentes dedicadas à satisfação de necessidades narcísicas ligadas à força, à vitória e a diversos sentimentos de superioridade” é outro fato ligado ao narcisismo que introjeta fatos absurdos que podem ser considerados elementos de ataque à diversidade sexual. A reafirmação de minorias sociais nas mídias digitais se mostra como um importante espaço de resistências e de lutas sociais que tem procurado se manter firme em relação à inferiorização dos considerados “diferentes” e ao ataque a corpos e sexualidades, como forma de se contrapor a qualquer lógica dissidente do pensamento social conservador.

O que de fato também predomina na literatura e na expressão das linguagens é um vocabulário majoritariamente masculino, que não se flexibiliza em relação à variação dos gêneros, como a diversidade de sexualidades e de corpos. Há palavras ou termos utilizados nas ciências, na construção do pensamento humano que só privilegiam a conjugação de nomes/substantivos apenas com artigo masculino, não podendo ser identificados nos vários gêneros LGTBQTQIA+. A questão das relações de poder e da violência mostra que a língua portuguesa não permite que se abrigue a diversidade da condição humana. Para Kilomba (2020, p. 21) “[...] parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma linguagem. Um vocabulário no qual possamos todos/xs/as encontrar.”

A negação do “outro” é um passo importante para aniquilar os saberes e deformá-los no sentido educativo, já que a sociedade está toda gestada nas relações de pertencimento, ou seja, caso a linguagem não possa abrigar as identidades é possível que toda uma cultura viva e ativa possa se tornar subterrânea, deixando que a fala não mais simbolize e enuncie os corpos e a diversidade das sexualidades. E com isso podemos desprender que todos os currículos do abjeto e das sexualidades possam ser produzidos com efeitos deletérios às práticas sociais que são invisibilidades nos processos escolares. A opressão nesse sentido gera oposição, e dessa maneira é construída passivamente, e tudo que se comunica nas liberdades individuais é controlado e severamente censurado.

De que maneira a escola tem resistido ao pensamento social conservador e gerado espaço de diálogo e construção social de identidades que abriguem a diversidade de corpos e das sexualidades, frente ao amplo espectro de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos expostos nas mídias digitais? Os processos escolares se veem perpetrados pela lógica de apropriação das mídias digitais que incorporam tempo e espaço de navegação cultural de estudantes do ensino superior que consomem assincronamente e acriticamente conteúdos digitais. A sociabilidade virtual é complexo processo de convívio e interação humana que define hierarquias sociais em relação aos diferentes sujeitos que participam da comunidade social.

Para Santos (2008, p. 282), “[...] o racismo e o sexismo foram construídos socialmente enquanto princípios de hierarquização social no âmbito das sociedades nacionais metropolitanas e de algum modo foi nesse espaço tempo que foram acolhidos nas ciências sociais.” Desse modo, estudantes do ensino superior que se desviam do padrão cultural e das normas sociais, com o cultivo de uma cultura mais aberta e flexível em relação a corpos e sexualidades, sofrem violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos que são aflorados por sentimentos contrários. O “xingacionismo” é colocado como uma atitude de combate ao “outro” e dele vem.

Para Albuquerque (2007, p. 10), os preconceitos nada mais são que, “[...] estas definições prévias, definições ou descrições que não advêm do conhecimento do outro, mas que nascem da hostilidade, da distância ou do descontentamento.” E elas são reproduzidas em conteúdos digitais que são fartamente distribuídos como memes, notícias falsas e vídeos de youtubers que reforçam a guerra ideológica contra as diferenças. Este autor considera ainda que preconceitos têm origem em conhecimentos provisórios, já que “[...] o preconceito quase sempre fala mais de quem o emite do que daquele contra o qual é assacado, pois o preconceito fala dos conceitos da sociedade ou do grupo humano que o utiliza.

Albuquerque (2007, p. 11), ao abordar o conceito de estereótipo, afirma que este é “[...] uma espécie de esboço rápido e negativo do que é o outro. Uma fala redutiva e reducionista, em que as diferenças e multiplicidades presentes no outro são apagadas em nome da fabricação de uma unidade superficial, de uma semelhança sem profundidade.”

As redes sociais digitais são espaços de diálogo que expõem a simplificação mais grosseira da leitura social e que auxiliam estudantes a se “acobertar” ou se reafirmar em suas individualidades. A questão do corpo e das sexualidades pode ser um entrave para a participação em grupos sociais, no entanto estudantes de ensino superior também formam seus posicionamento e opiniões com base na socialidade virtual que pode ser influenciada por intolerâncias e discordâncias sociais que possam surgir de celebridades.

A convivência humana nas redes sociotécnicas se trava também na produção de códigos culturais que hierarquizam seres virtuais de acordo com vontades narcísicas e grupos sociais minoritários em relação à cultura política da Nova direita. A diversidade das sexualidades e dos corpos é uma temática que inclui, ao mesmo tempo em que exclui, as liberdades individuais e coletivas de estudantes de ensino superior.

Para Aquino (2003, p. 108) “[...] nas sociedades contemporâneas, as relações entre os indivíduos são complexas de maneira que a tolerância encontra dificuldade em se transformar em cotidiano natural, gerando, pois, a intolerância.” Ou seja, no que tange a problemática, tratar da diversidade de credos, gostos e preferências, em relação à diversidade das sexualidades e dos corpos é também compor currículos que potencializam violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos até na escola.

Aquino (2003, p. 111) afirma ainda, ao se referir ao âmago da questão de estudo, que “[...] a intolerância é inerente à natureza humana, pois a própria criança, desde o nascimento, já expressa diferentes reações diante daquilo que lhe desagradar. Nos adultos, a intolerância, muitas vezes, revela aquilo de que não gostamos nos outros, porque são diferentes de nós.” E não só na cultura teclada, mas também na expressão da fala, que é a principal matéria social de entendimento do comportamento humano, já que é o que a significa, pois para Kilomba (2020, p. 33), “[...] no âmbito do racismo, a boca se torna órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem - e precisam - controlar e, conseqüentemente

o órgão que historicamente, tem sido severamente censurado.” As linguagens e identidades são este grande campo de estudos que pode não silenciar os “outros”, assim como novamente pode revelar “[...] verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos.”

## **CONSIDERANDO O FINAL/DIGITAL NA DESTITUIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CULTURAL/CORPORAL/MORAL**

Apoiamo-nos na autora Paraíso (2014, p. 10) segundo a qual, “[...] explorando perspectivas pós-críticas podemos interrogar currículos e subjetividades produzidas por discursos dominantes compartilhados como metanarrativas que dão sentido ao que hoje tomamos como realidade na pedagogia escolar e cultural.” O Estado brasileiro age na exceção, melhor dizendo, na contradição. E desse modo afeta a escola na causalidade de fatos sociais e midiáticos, e de interações humanas que, na perspectiva de uma consciência nacional acrílica e involuntária, se movimentam para destituir o “outro”, ao invés de fortalecê-lo e dignificá-lo, na formação humana, pautada em diversidade sexual e através da liberdade de credos, gostos e opiniões.

O absurdo nos fatos e notícias que se colocam como principal centro da atenção do público forja o regime de visibilidade Bolsonaroista, que vem sendo explorada por Bruno (2013, p. 14): “[...] constituído pelas condições de possibilidades de verdade, pelo conjunto de regras que a tornam possível”. Os processos escolares podem suplantar os simples atos individuais, de questões culturais e comportamentais, e adentrar a concepção institucional e estrutural da sociedade, promovendo uma revisitação à arquitetura de práticas e atitudes que predominem como modelos únicos de pensamento e de ação, para que o processo político não seja apenas a reformulação simplificada de alcance de uma maioria, mas de uma construção política mais digna e justa com todas as partes envolvidas, considerando as subjetividades, as experiências sociais, os valores humanos.

Os currículos do abjeto e das sexualidades são construídos na inserção de redes de intolerância que inundam a sociedade e a escola com memes de violências simbólicas, preconceitos e racismos cotidianos. Para Chagas (2020, p. 57) “[...] projetando mudanças constantes no ecossistema midiático, com novas implementações e funcionalidades em plataformas digitais e novos públicos”.

A questão da segurança pública é a pauta da política da Nova Direita em um dos países mais violentos e desiguais do planeta, constituindo uma paisagem midiática que desfavorece a pauta identitária da diversidade das comunidades LGBTQIA+. Dentro desse estrondoso capítulo histórico e ruidoso de sucesso do “inominável”, temos a celebridade, e este momento político conturbado, em que a politização da questão de saúde pública, gera opiniões “contrárias” e distintas, e a discordância entre a abertura ou não das atividades econômicas, segue como um caminho de conflito e superação de vidas, no qual o vírus da Covid-19 ainda se propaga.

Além disso, para Bakhtin (2014, p. 15), “[...] todo signo é ideológico, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua”. A trajetória de contradições do governo bolsonarista acende o “alerta vermelho” nas lutas, resistências das minorias sociais, já que grande parte de seus apoiadores e



seguidores, xenófobos “assumidos”, fazem ataques, desconstruções, criam conflitos e perseguições a opositores, alimentam condições estruturais para a manutenção de um atraso histórico e social na construção política.

Certos comportamentos, atitudes e valores estão sendo potencializados pela violência dos discursos de representantes oficiais do governo e já transbordam violência simbólica, preconceitos e racismos cotidianos. Os xingamentos e ataques verbais e não-verbais às minorias sociais, diante de novos signos que adentram a escola, já produzem efeitos deletérios na formação cultural, social e ética dos sujeitos. Para Bakhtin (2014, p. 16), “[...] os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é um signo ideológico por excelência.” A banalização da violência do Estado chega ao ponto de atacar a escola, com muito impacto negativo a partir de imagens, somado a visibilidade de comportamentos “danosos” de estudantes do ensino superior que refletem a perda da autoridade pedagógica, promovendo uma intimidação sistemática de valores e corpos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, D. M. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- AQUINO, M. A. *Cantoria dos pardais: educação, cultura e informação*. João Pessoa: Editora universitária, 2003.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Portugal: edições 70, 2010.
- BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto alegre: Sulina, 2013.
- BUENO, S. F. *Fascismo e Narcisismo na era digital*. In: Teoria crítica da cultura digital: aspectos educacionais e psicológicos. São Paulo: Nankin, 2015.
- CHAGAS, V. *A cultura do memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas*. São Paulo: Editora Universitária, 2020.
- EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.
- GALLO, S. *Delenze e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Cobogô, 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Revistas temáticas, nº 32, dez., 2016.
- PARAÍSO, M. (orgs.). *Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- RIOFITIS, T. *Violência do poder: o avesso do avesso*. In: FREIRE, Renato [et. al.]. O poder do pensamento social: dissonâncias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, T. T. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

*Submetido em outubro de 2021.  
Aprovado em dezembro de 2021.*

#### **Informações do(a)s autor(a)(es)**

Carlos Eduardo da Silva  
Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (AC)

*E-mail:* [eduardo.artesedu@gmail.com](mailto:eduardo.artesedu@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8973-0437>

*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3080902296469417>

Helena Szerwinsk de Mendonça Rocha  
Universidade Federal do Acre (UFAC)

*E-mail:* [szzerwinksistema@gmail.com](mailto:szzerwinksistema@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7642-2010>

*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1100552221751736>